Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

O COMPROMISSO

Acesse: *www.sindsepmt.org.br*

ANO XVI - Nº 190
Cuiabá - Outubro de 2023

FILIADO À CUT BRASIL CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES · FENADSEF · CONDSEF/FENADSEF

SÉRGIO RONALDO

Servidores devem lutar contra o "déficit zero"

Página 2

ARTIGO

Panorama sindical brasileiro

Página 4

"DEFORMA"

Ministra diz que PEC 32 foca em punir servidores

Página 3

NO MGI

Servidores da Saúde buscam avanços em MESA SETORIAL

No debate foram incluídas reivindicações específicas do HFA, HCE, HMASP, Ministério da Saúde, Funasa e combate às endemias

Foto: Mário Hashimoto

Dois temas importantes também foram discutidos na reunião no MGI: a PEC 101 e o PPP

Representantes de entidades sindicais de órgãos coordenados pela Condsef/Fenadsef na área da Saúde participaram de reunião da Mesa Setorial da categoria no dia 23, no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). No debate foram incluídas reivindicações específicas do HFA, HCE, HMASP, Ministério da Saúde, Funasa e combate às endemias. O secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do MGI, José Feijóo, participou do encontro, além de representantes do Sigepe e dos ministérios da Saúde e da Defesa.

Os servidores apresentaram a pauta de reivindicações dos órgãos da saúde, inclusive uma proposta já consolidada de estrutura remuneratória dos cargos da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST), que segue a linha de carreiras transversais. Feijóo afirmou que será feita avaliação do pleito a partir do que foi apresentado, dando posteriormente o encaminhamento necessário. A categoria ainda cobrou a instalação da mesa nacional e de mesas locais de negociação da Saúde para que as pautas possam ser mais bem debatidas. O governo afirmou que a Portaria de instalação será editada em breve.

Foi apresentada ainda demanda de inclusão dos servidores civis do HCE no plano de carreira da Ciência e Tecnologia, em função de uma Portaria (023/DCT/2020) editada pelo Ministério da Defesa. Foi também levantado o assunto do pagamento da GC dos servidores da base do Comando Militar do Rio de Janeiro. Vários filiados encontram-se sem o devido reajuste dos 9% desde maio deste ano na referida rubrica.

Assédio moral será combatido - Já servidores do HFA tem a transposição dos celetistas para o Regime Jurídico Único (RJU) como uma de suas pautas prioritárias, além da necessidade de abertura de concurso para o HFA. A categoria ainda relatou casos de assédio moral sofridos por servidores civis. Feijóo afirmou que foi criado um grupo de trabalho que interinstitucional que está em curso para implantar o combate ao assédio moral no âmbito do serviço público e que até dezembro medidas de combate já serão implantadas.

MS e Funasa - Dois dos setores que reúnem o maior número de servidores, Funasa e MS tiveram levantadas as seguintes demandas:

PEC 101/19: Gestão para aprovação da PEC 101/19 que concede plano de saúde aos agentes de saúde pública e guardas de endemia da ex-Sucam.

Tempo Insalubre em Tempo Comum: Foi solicitado ao MGI que faça gestão junto ao Ministério da Saúde na elaboração do PPP, ao mesmo tempo em que o MS faça gestão junto aos núcleos estaduais, pois só assim serão atingidos os objetivos. A elaboração do PPP garante a averbação do tempo insalubre em tempo comum, onde os servidores estariam aptos a se aposentar ou requerer o abono de permanência.

Licença-Prêmio: A categoria relatou ainda demora na concessão administrativa de aposentadorias em alguns estados, podendo a espera chegar até três anos. Além disso, representantes do governo foram alertados sobre a obrigatoriedade do servidor usufruir a Licença-Prêmio antes de se aposentar. A Condsef/Fenadsef vai formalizar um pedido para que o governo pague administrativamente a licença, o que seria mais vantajoso também para o governo que evitaria que o servidor entre na Justiça onerando ainda mais os cofres públicos. Foi solicitado ao MS uma orientação ou fundamentação legal sobre obrigar o servidor a usufruir a licença-prêmio antes de se aposentar. O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, informou que houve uma discussão prévia das entidades da base para alinhar os pedidos a serem apresentados, constando em ata todos os pontos pertinentes.

Piso Nacional da Enfermagem - Quanto a reivindicações relativas ao Piso Nacional da Enfermagem, Feijóo reafirmou que o governo seguirá entendimento da AGU e CGU, considerado adequado ao posicionamento do STF. Presente à reunião, o advogado do Sindsef-RO, Tiago Wagner, ponderou que a decisão final proferida pelo STF somente admitiu que a interpretação dada a lei seja pela aplicação do piso à base da remuneração total dos trabalhadores (iniciativa privada ou pública).

Dessa forma, isso não impede que governo aplique pagamento maior, inclusive com o pagamento do piso estabelecido incidente sobre o Vencimento Básico dos servidores. A concessão do piso como vencimento básico é uma questão política e de gestão do governo, não havendo impedimento legal ou até mesmo na interpretação apresentada pelo STF, ao passo em que tal valor é o mínimo, por isso o nome piso, a ser garantido aos trabalhadores. (Com Condsef)

Sindsep-MT participa de reunião preparatória da Saúde

Com a participação de entidades afiliadas de base da Condsef/Fenadsef, foi realizada na parte da manhã do dia 23, reunião preparatória para organizar a reunião da mesa específica da Saúde (ver matéria acima). Principais pautas: reestruturação da Funasa e retorno de 100% dos servidores; estrutura remuneratória das carreiras da Saúde, com unificação das tabelas; oficialização da mesa setorial, com a garantia de um calendário já predeterminado e organizado.

Também ficou deliberado pelo agendamento de uma reunião para o mês de novembro, nos dias 13 a 17, para discussão e encaminhamento da PEC 101/2019, que concede plano de saúde aos servidores da extinta Sucam que manusearam o DDT, ficando sob a responsabilidade da Confederação agendamento de uma audiência pública, se possível com os presidentes do Senado e Câmara Federal. A intenção é fazer apresentação do relatório e dossiê sobre os encaminhamentos já dados pelas diversas entidades.

Sobre a Gacen, discutiu-se a necessidade de alteração legislativa com a finalidade de contemplar servidores que ocuparam cargos não prestigiados pela legislação vigente, como é o caso do cargo de cartógrafo, que recebe a gratificação, mas a lei não prestigia o ocupante do cargo de técnico em cartografia, cujas atribuições são correlatas.

Foto: Mário Hashimoto

Representantes de estados compareceram para reunião preparatória

ARCABOUÇO FISCAL

SERVIDORES devem lutar contra 'déficit zero' e por investimento

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef convocou servidores a "arregaçar as mangas" e se mobilizar

No 14º CONCUT, que reuniu representantes da classe trabalhadora de todo o Brasil até o dia 22, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, diz que política de déficit zero é um equívoco, prejudica os serviços públicos e não ajuda o país a ter a pujança que merece. Para a Confederação, o arcabouço fiscal é outro problema e uma réplica da EC 95, do Teto de Gastos, que inviabiliza investimento no setor público.

Além disso, Sérgio convocou servidores a "arregaçar as mangas" e se mobilizar com pressão e ser preciso for greve para retomar os serviços públicos no Brasil. "Para a amortização da dívida, o agronegócio, não há limites no orçamento. Vamos precisar lutar para retomar os serviços públicos e o que eles roubaram do povo brasileiro depois do golpe", destacou o secretário-geral.

Não à guerra - Sérgio ainda relatou a participação da delegação da Condsef/Fenadsef no 31º Congresso Mundial da Internacional de Serviços Públicos (ISP). Enquanto foram amplamente debatidos temas que impactam servidores e sua pauta de reivindicações no Brasil e no mundo como reforma tributária, negociação coletiva, entre outros, a entidade levou também o debate e apelo pelo fim das guerras que massacram inocentes neste momento em diversos países. A destruição de vidas inocentes e violação de direitos básicos devem ser fortemente denunciadas e cessadas imediatamente.

Diretores da Condsef/Fenadsef pedem não à guerra

Em frente ao escritório da ONU em Genebra e no 14º CONCUT, diretores a Condsef/Fenadsef exibiram uma faixa pedindo "Não à guerra". Em vez de verbas para a guerra e a barbárie, os povos e suas organizações devem investir na civilização, na dignidade e na vida de seus cidadãos. Não à guerra! Sim à vida com investimentos em hospitais, em escolas, em serviços públicos essenciais para a população.

Com o tema "Luta, Direitos e Democracia que Transformam Vidas", O 14º CONCUT seguiu promovendo intensos debates sobre os rumos da organização dos trabalhadores. Uma resolução sobre o setor público foi apresentada pela Condsef/Fenadsef durante o congresso com objetivo de ser incluída no plano de lutas da CUT. Nessa resolução estão temas como a luta contra a reforma Administrativa, em defesa da recomposição salarial dos servidores do Executivo que ao longo dos últimos anos tiveram perdas superiores a 30%, além da defesa da negociação coletiva e de uma marcha a Brasília em defesa dos servidores públicos brasileiros, federais, estaduais e municipais.

EBSERH

Justiça suspende desconto de valores de trabalhador recebidos durante a pandemia

Cerca de 30 trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/HUJM) estão sendo notificados a devolver valores recebidos a título de insalubridade durante a pandemia. Em razão disso, a advogada do Sindsep-MT, Adriane Santos dos Anjos, através de um trabalhador que entrou com reclamação trabalhista com pedido de tutela provisória solicitando que seja suspenso qualquer desconto em seus contracheques a título de reposição ao erário público.

Justiça determina que empresa suspenda qualquer desconto do reclamante

A Juíza do Trabalho da 23a Região, Elizangela Vargas Candido Bassil Dower, concedeu o pedido feito em caráter de urgência pelo trabalhador que durante a pandemia do COVID-19, recebeu o adicional de insalubridade de 40%, o qual foi reduzido para 20%, por meio da Portaria-SEI nº 296, publicada no Boletim de Serviço 409, a partir da data de publicação da Portaria em 27/06/2022.

A Ebserh, nos autos do processo administrativo concluiu ser devida a reposição ao erário pelo recebimento indevido do Adicional de Insalubridade no grau máximo (40%), durante os meses de julho, agosto e setembro de 2022.

Sobre a tutela de urgência, a juíza, em sua decisão, disse que se trata de medida excepcional, "que só se justifica caso a demora da tutela jurisdicional possa ocasionar dano irreparável ao resultado pretendido na ação. Para tanto, pressupõe a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e a demonstração do perigo de dano".

Diante do exposto determina que a empresa suspenda qualquer desconto nos contracheques do reclamante a título de reposição ao erário público, em razão do recebimento do adicional de insalubridade. A decisão ainda é em sede de liminar e a advogada Adriane dos Anjos acredita no êxito das ações quando do julgamento do mérito.

Confira íntegra da resolução e plano de lutas sobre o setor público apresentada pela Condsef/Fenadsef ao Congresso Nacional da CUT:

O golpe ocorrido no Brasil em 2016 atingiu em cheio as políticas públicas em várias áreas de interesses do povo, com consequências graves para quem aplica, na prática, estas politicas, no caso, os servidores públicos de todo o país: municipais, estaduais e federais.

As restrições orçamentárias, fruto do Projeto de Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, ocasionaram desmontes de órgãos e empresas, privatizações, terceirizações, fim dos concursos públicos, congelamentos salariais, cortes e rebaixamento de benefícios; e consequentemente o enfraquecimento das organizações sindicais.

A eleição de Lula em 2022 é parte da nossa luta e mobilização na esperança de RECONSTRUÇÃO dos SERVIÇOS PÚBLICOS. Ainda durante o governo Bolsonaro, tivemos um papel decisivo para derrotar o projeto de reforma Administrativa (PEC 32/20). A participação das Confederações, Federações e Sindicatos filiados à CUT foi decisiva e deu o tom da luta demonstrando, na prática, a importância da nossa unidade.

A defesa dos serviços públicos deve estar no centro da agenda de lutas da CUT para o próximo período. Para que sejamos vitoriosos é necessário que o conjunto da classe trabalhadora assuma essa importante tarefa, pois defender o serviço público é defender a nação brasileira.

Como forma concreta de ação estamos propondo aos delegados e delegadas desse 14º CONCUT as seguintes deliberações:

1) Contra a Reforma Administrativa: Anunciada pelo governo Bolsonaro como instrumento de modernização do Estado, a PEC 32 significa o atraso, na prática, pois destrói os princípios fundamentais do serviço público, causando a precarização do trabalho e dos serviços prestados à população. A CUT e suas organizações (Confederações, Federações e Sindicatos) tiveram um papel central na derrota do Projeto entre 2020 e 2022. Com o anúncio do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, de recolocar em pauta a PEC 32/20, da reforma Administrativa, a CUT irá envidar todo o seu esforço para derrotar mais uma uma vez este projeto no Congresso Nacional.

2) Recomposição Salarial: O funcionalismo está sem recomposição salarial assegurada para 2024, uma vez que o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) informou a reserva de apenas R$ 1,5 bilhão paras todas as demandas, incluindo aumento salarial, benefícios e reestruturação de carreiras. É inaceitável que governo fique refém do "mercado financeiro" e se coloque contra os servidores. Reafirmamos a exigência da categoria apresentada na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP): uma proposta unificada de recomposição em dois blocos que traz reajustes entre 39,82% a 53,05% e seriam escalonados em três anos (2024 a 2026), a partir de 1º de janeiro de 2024.

3) Negociação Coletiva no Setor Público: Como parte da pauta de negociação dos servidores, o governo editou Portaria em 18 de setembro que cria e designa o Grupo de Trabalho responsável por elaborar uma proposta de regulamentação da negociação das relações de trabalho no âmbito da Administração Pública Federal. Isto é um avanço importante e faz parte da luta da CUT para garantir, de fato, o direito de organização sindical dos servidores públicos. No entanto, é necessário garantir que essa regulamentação possa ser estendida aos servidores das Três Esferas: federal, estadual e municipal. A CUT irá propor e pressionar o governo federal para garantir a efetivação da regulamentação no âmbito federal, ao mesmo tempo que irá propor uma articulação com os entes federados para garantir este mesmo direito a todos o servidores.

4) Marcha a Brasília: A defesa dos serviços públicos é uma bandeira de toda a classe trabalhadora brasileira. Para a CUT, é impossível um verdadeiro desenvolvimento nacional sem a presença e a existência de um Estado forte e presente. A CUT, em consonância com suas entidades filiadas do setor público, realizará ainda neste segundo semestre de 2023, uma grande Marcha a Brasília, sobre o mote da defesa dos serviços públicos e defesa das reivindicações dos servidores públicos municipais, estaduais e federais.

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: GildásioFerreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Silvia Cléia Aires Ferreira: Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III – Divina de Oliveira Santos; IV – Aderbal Castro de Queiroz; V – Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal – Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

NÃO CAIAM NO Ggolpe!!

Anjos Advogados Associados.

Sr(a): Cesario Alves da Rocha.
Cpf:

Olá, me chamou Íris Aguiar, secretária jurídica!
Estamos comunicando a todos os credores referente ao processo que tramita no TJMT referente ao **Direito Civil,** onde foi movido conosco, e somente da data de hoje 25/10/2023 houve um lote de autorização de pagamento!
O processo destinado tem como numeração: **0010842-45.2014.8.11.0041**
Contra: **Funasa- Fundação Nacional de Saúde.**

Solicitamos o contato imediato diretamente com os advogados responsáveis para que ocorra o reconhecimento dos alvarás!

Acesso de Atendimento:
(65) 99919-7040
Dr. João Batista dos Anjos.

Atenciosamente: Anjos Advogados Associados. 14:35

VEJA O QUE DIZ O ADVOGADO JOÃO BATISTA DOS ANJOS

"Pessoal, fiquem atentos. Tem um fraudador que está se passando por advogado, com o nome de João Batista dos Anjos, com o telefone 65 99919-7040 dizendo que a pessoa tem um crédito para receber de um processo contra a Funasa (VEJA FOTO ACIMA), ou contra a União ou Incra ou qualquer órgão público. Eles estão fixando o golpe em cima dos servidores públicos federais. Então quando vocês receberem mensagem deste tipo, entre em contato com o Sindsep-MT e fale com a advogada Adriane. A gente já está encaminhando para a delegacia de estelionatário e não paguem nenhum valor. O sindicato não cobra valor de ninguém por telefone. Ele cobra a contribuição mensal e os honorários advocatícios são quitados quando vocês recebem. Não é assim que funciona? ENTÃO NÃO CAIAM NO GOLPE!"

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida que, junto com o presidente do Sindsef-RO, Almir José e o advogado desta entidade Tiago Wagner, se reuniram com o médico toxicologista doutor Brasil, em Brasília, onde discutiram sobre os exames dos intoxicados da extinta Sucam. Segundo o presidente, "foram bem recebidos e dr. Brasil ainda forneceu documentos para subsidiar nossas ações, colocando-se à disposição quando juntarmos os documentos da PEC 101. Ele estará com a gente se conseguirmos uma audiência pública, para falar sobre os efeitos dos inseticidas DDT e Malation. Esta parceria com Rondônia vai nos ajudar muito", disse Carlos.

Ato hoje 25, no Espaço do Servidor, na Esplanada dos Ministérios. Na pauta, problemas do funcionarismo público federal como aumento salarial, os anistiados, plano de carreira, reestruturação da carreira entre outros. Apesar da pouca presença de servidores, os temas debatidos foram de extrema relevância. Perdeu quem não participou.

"DEFORMA"

Esther Dweck diz que PEC 32 tem "foco muito grande em punir os SERVIDORES"

"Não gosto do termo 'reforma administrativa, prefiro projetos de transformação do Estado'

Em entrevista ao programa "Bom dia, ministro" da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, fez críticas à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da Reforma Administrativa. Segundo ela, o texto pretende "punir os servidores públicos.

"O projeto que está lá [no Congresso Nacional] sugere uma perda da estabilidade, com um foco muito grande em punir os servidores. Para a gente, a estabilidade não é uma proteção ao servidor, mas ao Estado brasileiro", disse.

Dweck afirmou também que a estabilidade no serviço público brasileiro foi estabelecida no fim da Ditadura Militar, com o objetivo de evitar perseguições a servidores que denunciem irregularidades na Administração Pública Federal.

O foco do governo, de acordo com ela, está em três pilares, a melhoria de entregas para a população com a gestão de desempenho; a organização e progressão das carreiras públicas; e a transformação digital do governo.

Fotos: Mario Hashimoto

Esther Deweck: A gente precisa do Estado necessário

"Não gosto do termo 'reforma administrativa', prefiro projetos de transformação do Estado, porque esse outro nome sempre foi carregado de uma ideia de um Estado mínimo, o que não é a nossa visão. A gente precisa do Estado necessário, em função de bons serviços públicos", completou. (Fonte: Anasp)

Servidores federais farão novos atos por avanços em negociação

Foto: Fonasefe

A Plenária Nacional dos servidores públicos federais, realizada no último dia 7, organizada pelo Fonasefe, Fonacate e Centrais Sindicais, indica a construção de uma nova Jornada de Mobilização nos dia 7 e 8 de novembro.

O evento contou com a participação de diversas entidades de base e teve como pauta a avaliação da última Semana de Mobilização (2 a 7 de outubro), em especial o dia 3 de outubro, e a organização das próximas iniciativas de luta dos servidores públicos por melhores condições de trabalho e em defesa dos serviços públicos.

Preocupados com a falta de celeridade na condução das mesas setoriais e também na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), os servidores seguem reforçando o processo de mobilização em busca de avanços e atendimento de suas principais pautas. A construção de um calendário de luta unificado é muito importante para fortalecer os processos de mobilização dos servidores federais. Por isso, é hora de construir assembleias de bases e organizar a agenda de luta unificada!

A partir da avaliação do cenário político e do debate acumulado, a Plenária Unificada indica:

07/11 - Plenária Nacional Unificada dos Servidores Públicos - Presencial

08/11 - Paralisação dos Servidores Públicos Federais; Caravanas à Brasília - "Governo, queremos respostas as nossas reivindicações!"

Para a construção exitosa do calendário de luta unificado, é muito importante fortalecer os processos de mobilização que já estão ocorrendo nas bases de diversas categorias do funcionalismo públicos. É preciso muita luta e mobilização para garantir atendimento dessas reivindicações urgentes. A luta por recomposição salarial, reestruturação de carreiras, equiparação dos benefícios, revogaço e contra a PEC 32 continua.

Valorizar os servidores é fortalecer o Brasil! (Fonte: Condsef/Fenadsef com Fonasefe)

Fotos: Arquivo pessoal

14º ConCut

O Sindsep-MT, junto com a CUT-MT, participou do 14º ConCut que começou na quinta-feira, 19, e terminou no domingo, 22. Foram dias de intensos debates sobre os rumos da organização dos trabalhadores. O Congresso marcou também os 40 anos da CUT com o tema "Luta, Direitos e Democracia que Transformam Vidas. Também o metalúrgico do ABC, Sérgio Nobre, foi reeleito presidente da maior central sindical da América Latina e quinta do mundo, para o período 2023- 2027. A eleição ocorreu neste sábado, 21.
Sérgio Nobre agradeceu a todas as cerca de duas mil lideranças, delegados e delegadas dos ramos, dos estados que ajudaram a eleger, em suas palavras, uma chapa de qualidade, combativa, que vai ter a tarefa de conduzir a Central nos próximos quatro anos.

ARTIGO

PANORAMA SINDICAL BRASILEIRO

Clemente Ganz Lúcio*

O sindicalismo volta à pauta dos debates públicos, a partir das questões que tratam da negociação coletiva, do custeio e das suas iniciativas e lutas.

Os ataques à ação sindical dos trabalhadores são persistentes, intensos e as práticas antissindicais são contínuas. Nenhuma novidade em relação aos 2 últimos séculos de enfrentamentos. Nesse ambiente repleto de adversidades, os sindicatos brasileiros não deixaram a peteca cair.

Nos últimos anos enfrentaram as agruras que agora procuram superar. Por exemplo, os sindicatos continuam celebrando anualmente mais de 40 mil acordos e convenções coletivas de trabalho, protegendo milhões de trabalhadores, sindicalizados e não sindicalizados, conquistando aumento de salário e melhoria nos benefícios — saúde, alimentação, transporte, formação profissional —, ampliando direitos e proteções à saúde e segurança, entre outros temas.

As centrais sindicais atuam na agenda macro, como na construção da política de valorização do salário mínimo, na regulação do trabalho mediado por plataformas e aplicativos, no projeto de valorização da negociação coletiva.

A complexidade desse quadro é analisada no balanço da trajetória recente do sindicalismo brasileiro e, especialmente, nos apontamentos de iniciativas que buscam enfrentar e superar os desafios decorrentes das mudanças no mundo do trabalho, reunido na publicação da FES Brasil - Friedrich Ebert Stiftung - "Panorama do sindicalismo no Brasil 2015-2021"**1**.

A pesquisa selecionou 27 experiências, 1 por estado e no Distrito Federal, de diferentes categorias e foi conduzida por timaço de pesquisadores do mundo do trabalho**2**.

O trabalho identifica o problema da fragmentação da organização de representação e apresenta a evolução da sindicalização entre os assalariados formais no período de 2001 a 2019, com inúmeros recortes como: sexo, região, setor, grupos educacionais, faixa etária, raça/cor, tamanho do estabelecimento, entre outros aspectos. Esses dados são muito interessantes para contextualizar a interpretação da pesquisa recém divulgada pelo IBGE**3**, que indicou queda na taxa de sindicalização no Brasil, o que será objeto de outro artigo.

O trabalho estrutura a análise das experiências sindicais destacadas a partir de 4 dimensões constitutivas das atribuições historicamente desenvolvidas nas lutas dos trabalhadores e aquelas decorrente dos processos de institucionalização dos sindicatos:

1) considerando a capacidade desse sujeito coletivo de expressar seu poder estrutural de organizar, mobilizar, elaborar pautas e conduzir lutas;

2) poder associativo de filiação;

3) poder institucional, por meio das negociações coletivas, representação e participação; e

4) pode social, ou seja, como vocaliza a questão do trabalho na sociedade.

O balanço final indica o enfraquecimento do poder estrutural em decorrência das profundas mudanças no mundo do trabalho e na organização do sistema produtivo, da flexibilização das formas de contratação e os persistentes ataques às organizações sindicais para desqualificá-la.

Cabe ressaltar os esforços e as iniciativas, diante de toda a adversidade enfrentada, para responder aos desafios e a busca por caminhos de superação. As experiências destacadas no estudo procuram superar as adversidades, nos mais variados contextos setoriais, de categorias e políticas sindicais.

Segundo os autores, "para compensar as fragilidades identificadas em seu poder estrutural, os esforços das organizações pesquisadas se voltam para investidas nos poderes associativos, social e institucional, mobilizando capacidades de intermediação, de relacionamento, de articulação e de aprendizagem".

Outras 3 estratégias são frequentes: novas formas de comunicação e de trabalho com a base, o oferecimento de serviços como jurídico, saúde, convênios, lazer e o apoio das instituições públicas.

O estudo evidencia a necessidade de investimento coletivo e articulado das organizações sindicais, para compreender o contexto e as perspectivas das mudanças no mundo do trabalho visando conceber e criar formas de organização e de luta, atuar de maneira articulada e cooperada, para fortalecer seu poder estrutural de mobilizar e representar os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores.

(*) Sociólogo, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, membro do Cdess (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável) da Presidência da República, membro do Conselho Deliberativo da Oxfam Brasil, consultor e ex-diretor técnico do Dieese (2004-2020).

1 Publicação disponível em *https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/19776-20221202.pdf*

2 Ana Paula Fregnani Colombi, Anderson Campos, Andrea Galvão, Elaine Regina Aguiar Amorim, Flávia Ferreira Ribeiro, Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias, José Dari Krein e Patrícia Vieira Trópia.

3 IBGE, in *https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37913-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-9-2-em-2022-menor-nivel-da-serie*

NOME	DIA
ADAIRZA DOS SANTOS M. FIGUEIREDO	01
ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS	02
AGOSTINHO DA CONCEICAO	13
ALAIDE DE FATIMA CARDOSO	25
ALBERTO ALVES LOPES	23
ALBERTO CARLOS DE S. WONSOSCKY	20
ALBERTO JOVINO DE PAULA	15
ALUISIO DIAS DA COSTA	02
ANA TEREZA DA SILVA	07
ANAIDE MARIA DA SILVA NUNES	02
ANANCY GUIA DE ASSUNCAO	01
ANDRE RUFINO DA SILVA	30
ANTONIO GOMES MACEDO	23
ARIANA MARIA DE CAMPOS	07
BENEDITA VANDINEIA DE OLIVEIRA	18
BENEDITO EIDE FERRAZ	29
CARIVALDO GUALBERTO PEREIRA	10
CARLOS ANTONIO SEBASTIAO SILVA	03
CECILIA JOSEFINA DOS SANTOS	28
CRISTINA DE SOUZA FARIAS	24
DELVANIR DE LISBOA	06
DENISE MARIA DA SILVA	29
DEYSE PEDROSO DA SILVA	06
DILSON NICHELE DOS SANTOS	10
DINIZ ALMEIDA DE BELEM	10
DIVA RODRIGUES PINTO	20
EDMILSON LOURENCO MAXIMO	01
EDMIRIAM DE MENDONÇA ARRUDA	08
EDSON BENEDITO DE SOUZA	27
ELAINE SOUZA MAGALHAES	29
ELIANE DE ARAUJO V. CASTELHAND	20
ELIANE PEREIRA DE J. C. DA SILVA	23
ELIAS DA CUNHA ARAUJO	10
ENILDO GOMES	15
FELICIANO VALUZ DA COSTA	19
FRANCISCO VALDERINO CORREA	25
GILMAR JOSÉ BAÚ	27
HELENA DA SILVA SIQUEIRA	24
HELIETE PEREIRA DE OLIVEIRA	29
ISISLENE DE ARRUDA TEIXEIRA	27
JOSE NERY VIEIRA FERRAZ	03
IVNA MONTEIRO ANTUNES	11
IZABEL VANIR DA SILVA	04
IZANOEL DOS SANTOS SODRE	01
JAIME ALMEIDA DA SILVA	15
JOAO FRANCISCO DOURADO	18
JOAO JOSE SOARES	24
JOAO SANTANA DE CAMPOS	01
JOAQUIM SANTANA DE CAMPOS	22
JORGE IVAR VANNI	10
JOSE ANTONIO DA SILVA	08
JOSE CARLOS DE CAMPOS FILHO	15
JOSE JULIO PEREIRA	16
JOSE RICARDO BENTO DE ARAUJO	08
JOSE ROSSI	16
JOSE TORRES DA MASCENA	16
LAURINDO FERNANDES DA SILVA	17
LAURO LUIS DA FONSECA	03
LUCILDO GRIEP KIESSLER	19
LUIZ CARLOS NERES DE OLIVEIRA	01
MARA RUBIA ENORE	24
MARCOS DE DEUS DA SILVA	30
MARIA ALICE CAMPOS MENSCH	20
MARIA DAS GRACAS OLIVEIRA BRAGA	20
MARIA PAULA DA SILVA GUIMARÃES	09
MARIA ZILENE DE SOUZA FORTALEZA	25
MARLENE STRAPASSON DE C. BOECHAT	12
MARLIZE DE ABREU SILVA	21
MARTA SIMONE BOTELHO FEIJO	01
MAURO DE ALMEIDA	22
NELSO FORTUNATO OJEDA	20
NICANOR CANDIDO DE RESENDE	02
NILCE SOARES CUIABANO	06
NILSON SANTOS DE MORAES	01
OSVALDO LEMOS DE ALMEIDA	01
PAULA RENATA TEDESCO DE CARVALHO	13
ROSALINA MARIA DE JESUS MARTINS	21
ROSIMEIRE SANTIAGO GONCALVES	01
RUTY EMIKO MURATA	21
SEBASTIAO LEITE DIONIZIO	11
TAYANNE MAYARA MENDES BARROS	25
TERESINHA DE JESUS DOS SANTOS	13
VALDEMIRA NUNES DA SILVA	10
WANESSA PEDROSO DE BARROS	28
WEDER DE SOUZA OLIVEIRA	21